



EDUCAÇÃO

Sete em cada dez pessoas que cursaram o ensino superior no Brasil vieram de escolas públicas, revela pesquisa do IBGE

Egressos da rede pública são maioria nas universidades

» ALÍCIA BERNARDES*

Sete em cada dez brasileiros que cursavam o ensino superior no ano passado estudaram todo o ensino médio em escolas públicas. O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de Educação 2024, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa considera pessoas que frequentaram a graduação, mesmo que não tenham concluído o curso.

A presença de estudantes oriundos da rede pública também é expressiva nos cursos de pós-graduação: quase seis em cada dez pessoas que cursaram especialização, mestrado ou doutorado fizeram o ensino médio em escolas públicas.

Para o pesquisador do IBGE responsável pela pesquisa, William Araújo Kratochwill, os números refletem políticas públicas de inclusão educacional, como o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). “Acredito que haja relação direta com programas que buscam ampliar o acesso de alunos da rede pública ao ensino superior. Essas iniciativas geralmente são voltadas à população de baixa renda, que, em sua maioria, estudou em escolas públicas”, avaliou.

Embora evidencie os importantes avanços, a pesquisa mostra que desigualdades persistem. O percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo subiu de 19,7% em 2023 para 20,5% em 2024, o maior da série iniciada em 2016. Também cresceu a presença de estudantes pretos e pardos nos cursos de graduação, embora brancos ainda sejam maioria.

A taxa de frequência líquida,

que mede quantos jovens entre 18 e 24 anos estão na faculdade na idade certa, mostra um abismo racial: 37,4% entre brancos, contra 20,6% entre pretos e pardos. A média nacional é de 27,1%, distante da meta de 33% estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para este ano.

O retrato da desigualdade se estende à média de anos de estudo: pessoas brancas têm, em média, 11 anos de escolaridade, contra 9,4 anos de pretos e pardos. Mulheres seguem com maior escolaridade média (10,3 anos) do que os homens (9,9 anos).

Raízes da exclusão

A exclusão começa cedo. Dados da Pnad mostram que o país ainda não universalizou o acesso à educação infantil, etapa decisiva para a formação das bases cognitivas, emocionais e sociais das crianças. A taxa de atendimento na pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos, ficou em 93,4% abaixo da meta de universalização assumida pelo Brasil desde 2016. Na faixa de 0 a 3 anos, o déficit de vagas em creches é ainda maior, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

“Inúmeros estudos comprovam que é nessa fase da educação infantil, do zero aos cinco anos, que se forma toda a base do desenvolvimento humano. Noventa por cento do cérebro se desenvolve nessa etapa”, explica Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. “É por isso que os impactos tanto positivos, quanto negativos são determinantes para toda a trajetória escolar e de vida. Quando há qualidade, a criança tem até três vezes mais chance de aprender ao longo dos anos, de permanecer na escola e concluir os estudos”, afirma.

Perfil

Indicadores melhoram, mas desigualdades persistem

Origem escolar de quem cursou o ensino superior no Brasil



Taxa de analfabetismo por estado

(Top 3 maiores e menor):

Alagoas: **14,3%**
Piauí: **13,8%**
Paraíba: **12,8%**
Distrito Federal: **1,8%**

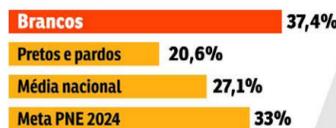
Motivos do abandono escolar

(14 a 29 anos):

Necessidade de trabalhar: 42% (homens: 53,6%; mulheres: 25,1%)
Falta de interesse: 25,1%
Gravidez: 23,4% (entre mulheres)
Afazer domésticos/cuidados: 9% (entre mulheres)

Frequência líquida no ensino superior

(18 a 24 anos):



Média de anos de estudo por grupo racial:

Branco: **11 anos**
Pretos e pardos: **9,4 anos**

Mariana destaca que a Lei 14.851/2024, que estabelece prioridade na matrícula em creches públicas para crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família, é um avanço, mas não

suficiente. “A visão de priorizar quem mais precisa é fundamental, mas é preciso ir além. A criança precisa de um atendimento integrado: educação, saúde, nutrição, proteção. A

escola deve ser um espaço seguro, com infraestrutura adequada, materiais pedagógicos e profissionais preparados. A educação infantil de qualidade começa por aí”, defende.

DF lidera

No Distrito Federal, os dados também mostram contrastes. A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 1,8%, a menor do país. No Brasil, a média é de 5,3%, o que representa 9,1 milhões de pessoas. Alagoas, Piauí e Paraíba registram as maiores taxas, com mais de 12% de analfabetos.

A escolarização de crianças de 0 a 5 anos no DF alcançou 58,2%, com crescimento de 3,1 pontos percentuais em relação a 2023. Já a taxa de escolarização de crianças de 4 a 5 anos caiu, de 94,1% para 92,6%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 46,5% estão frequentando escola ou universidade.

Jovens desconectados

A pesquisa do IBGE também escancara a realidade de 8,7 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que não completaram o ensino médio. Entre os que abandonaram ou nunca frequentaram a escola, os principais motivos são a necessidade de trabalhar (42%), a falta de interesse (25,1%) e, no caso das mulheres, a gravidez (23,4%). Quase uma em cada dez meninas indicou que deixou os estudos para cuidar da casa ou de familiares.

“Esses resultados evidenciam que, além da condição econômica, as responsabilidades reprodutivas e domésticas ainda são entraves significativos para a permanência das mulheres jovens na escola”, avalia o IBGE.

Para Mariana Luz, o Brasil precisa agir com urgência. “A educação infantil é onde se estabelecem as bases da alfabetização, do convívio, da aprendizagem e da cidadania. Se ignorarmos essa fase, será tarde demais. A equidade começa desde o início”.

POLÊMICA

Imagem racista de IA é usada em vídeo da Câmara

» EDUARDA ESPOSITO

Uma imagem gerada por Inteligência Artificial (IA) — em que um jovem negro segura uma metralhadora e é observado por um policial branco — foi usada como capa do vídeo da sessão “Uso de menores por facções e falhas nas políticas socioeducativas” da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, realizada na última quarta-feira. O ministério da Igualdade Racial repudiou, por meio de nota, a escolha da imagem por perpetuar um estigma da população negra periférica.

“Não é apenas uma demonstração de racismo algorítmico, mas um desserviço à sociedade brasileira, especialmente no contexto de morte de tantos jovens negros todos os dias. Consideramos grave que uma comissão da Casa que representa o povo brasileiro utilize uma imagem racista, reforçando ainda mais os danosos estereótipos sobre a população negra”, criticou o órgão em nota ao **Correio**.

A gafe não passou despercebida pelos internautas que acompanharam o debate pelo YouTube. “A escolha da *thumb* (imagem colocada na capa)

gerada por IA foi muito infeliz”, disse um deles.

O que diz a Câmara

Procurada, a Câmara dos Deputados não explicou a escolha da imagem e nem esclareceu se ela foi gerada por inteligência artificial ou não. A casa apenas informou que mudaram a foto para um registro da reunião.

“A imagem apresentada no player da transmissão da audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realizada nesta quarta-feira (11), já foi modificada para um quadro da reunião.”

Racismo na IA

Especialista em comunicação com foco em Diversidade e Inclusão, Mayara Rodrigues explicou que a IA é alimentada com informações o tempo inteiro e “replica a sociedade e seu pensamento estrutural”. “Como a gente vive numa sociedade racista, esse vai ser o padrão que ela vai seguir. E assim como em vários segmentos da nossa vida, a menos que ela receba um comando pra não ser racista, ela vai ser racista”, pontua.

Reprodução/YouTube



Uso de menores por facções e falhas nas políticas socioeducativas - Segurança...

1,5 mil visualizações • Transmitido há 19 horas

Descrição do vídeo relaciona menores a facções e ilustra com garoto negro

Rodrigues complementa que para mudar o racismo estrutural dentro das produções da inteligência artificial, é preciso que o comando seja detalhado. “Assim como em uma novela ou em um filme, se não houver indicando que o personagem precisa ser interpretado por uma pessoa preta em um lugar de poder, um CEO, ele não vai ser escalado. Então, a inteligência artificial replica esse comportamento estrutural da nossa sociedade”, explica.

Entretanto, a especialista frisa que a IA pode ser muito

útil e depende da educação dos programadores e usuários para melhorar suas representações. “A IA pode ser muito útil e ajudar bastante, mas é preciso ter cuidado, porque nessa a gente expõe vidas. É muito arriscado, assim como o reconhecimento facial, é tudo muito pensado no olhar do branco e a gente precisa trazer essa educação, assim como na sociedade. E o tempo todo estar alerta porque a IA replica de acordo com a base de quem a programa, e, de modo geral, é uma programação feita por pessoas brancas”, ressalta.

SAÚDE

Vacinação contra gripe

» CAETANO YAMAMOTO*

O Brasil passa por alta expressiva nos casos de gripe, levando ao aumento no número de casos de Síndrome Respiratória Aguda (SRAG). O Ministério da Saúde (MS), em resposta, liberou R\$ 50 milhões para reforçar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A meta é vacinar, no mínimo, 90% dos grupos de risco — crianças, gestantes e idosos com 60 anos e mais. A vacinação deve ser desenvolvida em postos fixos e volantes, com o intuito de alcançar aqueles que mais precisam ser vacinados.

“A vacinação é a melhor forma de evitar hospitalizações neste período de maior circulação de vírus respiratórios. Por isso, é fundamental que estados e municípios reforcem a imunização de crianças, idosos e gestantes”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

“O número de casos de SRAG quase dobrou em relação ao mesmo período do ano passado, registrando um aumento de 91%”, diz o informe divulgado pela Saúde.

Só neste ano, segundo o boletim, foram notificados 93.779 casos de SRAG, sendo 47.343 (50,5%) com resultado laboratorial positivo para algum vírus respiratório e 32.264 (34,4%) negativos, e ao

menos 7.893 (8,4%) aguardando resultado laboratorial.

Influenza A

A influenza é uma infecção respiratória viral aguda que afeta o sistema respiratório, de elevada transmissibilidade, distribuição global e com tendência a se disseminar facilmente em epidemias sazonais, podendo também causar pandemias.

A identificação do vírus ocorre durante todo o ano no Brasil, sendo que a dispersão aumenta rapidamente em algumas estações do ano.

A vacinação é considerada a melhor estratégia de prevenção contra a influenza e possui capacidade de promover imunidade durante o período de maior circulação dos vírus, reduzindo o agravamento da doença, as internações e o número de óbitos. O Ministério da Saúde tem como meta, vacinar, no mínimo, 90% dos grupos de risco — crianças, gestantes e idosos com 60 anos e mais.

A vacinação deve ser desenvolvida em postos fixos e volantes, com o intuito de alcançar aqueles que mais precisam ser vacinados.

*Estagiários sob supervisão de Edla Lula